



ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

CURSO DE CAPACITAÇÃO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Autor: **Bel. Bruno Barros dos Santos**
Membro da COGEN (Comissão LGBTQIA+ do PJBA)

Salvador
2023

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE CURSO

INFORMAÇÕES DA ESCOLA
Nome: Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Natureza da Escola: Escola Judicial, integrante da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, conforme Lei n. 11.616, de 24 de novembro de 2009, e Resolução n. 22/2008 e suas alterações
Endereço: 5ª Avenida do CAB, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Anexo II do Edifício Sede, 5º andar, Salvador/BA, CEP: 41.745-004
Telefones: (071) 3483-3811/3819
Endereço eletrônico: unicorp@tjba.jus.br
Responsáveis Técnicos da Escola: Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira, Coordenador Geral, Marcus Vinícius Fernandes, Secretário Geral e Priscilla Viana Fortunato, Coordenadora Pedagógica
Diretor-Geral da UNICORP: Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior
Vice-Diretor da UNICORP: Desembargador José Soares Ferreira Aras Neto
Coordenador-Geral da UNICORP e Coordenador do Curso: Juiz de Direito Paulo Roberto Santos de Oliveira
Mandato da Equipe Acadêmica: 01/02/2024
INFORMAÇÕES DO CURSO
Nome do Curso: Curso de capacitação em diversidade sexual e de gênero
Modalidade: presencial com transmissão no canal do youtube da Unicorp
Público-alvo: juízes e juízas, servidores e servidoras do Tribunal de Justiça da Bahia, bem como o público externo ao Judiciário
Carga Horária: 20 horas.
Frequência mínima: 75%, aferida diariamente.
Nº de Vagas: 25
Período de inscrição: 16 a 31/10
Período de Realização: 06/11/2023, 13/11/2023, 20/11/2023, 27/11/2023 e 04/12/2023

DETALHAMENTO DO PROJETO DO CURSO

JUSTIFICATIVA

Há certo tempo já se tem consolidado o dever de o Poder Judiciário ser um espaço de efetivação de direitos fundamentais, ainda mais quando envolve sujeitos vulneráveis.

Cotidianamente, são publicizadas histórias de assédio moral e sexual, bem como de violência (física, psicológica, entre outras) sofridas pela população LGBTQIA+ na sociedade, especialmente nos ambientes de trabalho. O preconceito e a discriminação, em seus diferentes mecanismos de atuação, encontram-se instalados nas organizações e, apesar dos esforços realizados, ainda existem nas relações internas e administrativas dos Tribunais.

Magistradas e Magistrados, servidoras e servidores, bem como os demais colaboradores da Justiça nem sempre possuem a devida compreensão, para além do senso comum, das questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero.

Em paralelo, quando um desses atores da Justiça faz parte da comunidade LGBTQIA+, em algumas ou muitas vezes, não encontra um ambiente de trabalho devidamente acolhedor e podem ser vítimas de diversas formas de preconceito e assédio, prejudicando a sua saúde física e mental.

Então, faz-se necessária uma atuação institucional firme e comprometida com a dignidade das pessoas para garantir, dentre outros, o direito ao livre desenvolvimento da personalidade e ao trabalho num ambiente adequado.

Desse modo, é essencial aos Magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça ter maior esclarecimento sobre esses temas, haja vista que o convívio com a diversidade é diário, tanto internamente quanto no atendimento aos jurisdicionados, além do fato de que este tema também pode surgir como objeto nos próprios processos judiciais.

Busca-se, com este curso, estimular o fortalecimento e a efetivação dos Direitos Humanos no âmbito do Tribunal, assim como fomentar a construção e consolidação de um ambiente de trabalho respeitoso e acolhedor à diversidade em seus mais variados aspectos.

A capacitação visa, ainda, esclarecer o público-alvo sobre a importância da educação como caminho para superação das diferentes formas de discriminação e visa aumentar a conscientização sobre o dever de todos assegurarem um espaço organizacional saudável.

Outrossim, o curso pretende assegurar o comprometimento dos atores do Judiciário com a concretização da dignidade e do respeito, independente de raça, gênero, classe e orientação sexual, em observância aos seguintes normativos:

a) Arts. 1º, II, III e IV; 3º, IV; 4º, II; 5º, caput, I, III, X; 6º; 7º, XXII; 37, caput; 170, caput, VII e VIII da Constituição Federal;

b) Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, Parecer Consultivo OC-24/17 De 24 de novembro de 2017 solicitado pela República Da Costa Rica, Princípios de Yogyakarta, de novembro de 2006, que dispõem sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero

c) Agenda 2030 da ONU, ODS 5, 8, 10

d) Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n. 255/2018; 351/2020; 348/2020, Art. 16; 270/2018. Art. 7º e a Resolução CNJ n. 400/2021, Art.16, VII, alínea h e § 3º.

e) A Convenção 190 da OIT, referente ao combate ao assédio moral e sexual.

Assim, para contribuir com a garantia em direitos que se apresenta esta proposta de ação educativa sobre as diferentes questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero.

EMENTA

O Curso terá a carga horária total de 20h, que serão distribuídas da seguinte forma:

- **Encontro 1** - duração de 4h - Noções Introdutórias
- **Encontro 2** - duração de 4h - Diversidade Sexual
- **Encontro 3** - duração de 4h - Diversidade de Gênero
- **Encontro 4** - duração de 4h - Julgamento com Perspectiva de Gênero e a Violência Contra a Mulher
- **Encontro 5** - duração de 4h - LGBTfobia, Violações de Direitos e Caminhos de Superação

OBJETIVO GERAL

- Estimular o aprendizado de novos conhecimentos e desenvolvimento de competências fundamentais para o exercício da função judicante, baseada em princípios humanísticos, éticos e deontológicos, utilizando não apenas sua capacidade intelectual, mas também as habilidades vinculadas à aplicação de conhecimentos teóricos e práticos, valorando as atitudes pertinentes a um bom relacionamento interpessoal no âmbito profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular o fortalecimento e efetivação dos Direitos Humanos no âmbito do Tribunal, assim como fomentar a reflexão, a construção e consolidação de um ambiente de trabalho respeitoso e acolhedor à diversidade em seus mais variados aspectos;
- Esclarecer os participantes sobre a importância da educação como caminho para superação das diferentes formas de discriminação;
- Conscientizar os magistrados e servidores sobre as diferentes questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero;

- Assegurar o comprometimento dos atores do Judiciário com a concretização da dignidade e do respeito, independente de raça, gênero, classe e orientação sexual;
- Fornecer elementos teóricos e práticos para intervenções concretas de combate ao assédio e discriminação em decorrência da diversidade sexual e de gênero.

METODOLOGIA

A abordagem teórica corresponde ao desenvolvimento programático do Curso e é compreendida por aulas expositivas-dialogadas, com a indicação de leituras das matérias específicas e interdisciplinares. Possui, ainda, uma parte de aplicação prática dos conteúdos apresentados, que será realizada por meio de metodologias ativas como: estudos de caso, oficinas de grupos de trabalho, grupos de verbalização/observação e demais métodos ativos de aprendizagem, visando a preparação para o exercício efetivo das funções e o desenvolvimento da capacitação para a administração judiciária.

A metodologia adotada tem por foco o protagonismo do aluno-participante na construção do seu próprio conhecimento, promovendo a participação e a interação dos discentes e a possibilidade, pela prática reflexiva, de uma aprendizagem significativa. Desse modo, o Curso atende as Diretrizes Pedagógicas definidas pela Enfam (Resolução n.7, de 7 de dezembro de 2017), dando ênfase à formação humanística, ética e interdisciplinar, e à prática reflexiva dos participantes.

As aulas teóricas ocorrerão nos dias 06/11/2023, 13/11/2023, 20/11/2023, 27/11/2023 e 04/12/2023, no turno vespertino, no horário das 13h às 17h, na sede do Tribunal.

O formato da capacitação é de Curso com duração de 20 horas em regime presencial numa das salas de aula da Unicorp.

As atividades serão divididas em 05 encontros, com duração de 04 horas cada um, a serem realizados em dias distintos. No primeiro encontro ocorrerá a abertura, onde será instalada a mesa com a presença de autoridades e, após as falas iniciais, será dado início às aulas.

A primeira aula abordará as noções introdutórias a respeito do tema da diversidade sexual e de gênero. Os encontros seguintes tratarão, respectivamente, da diversidade sexual; da diversidade de gênero com ênfase nas transexualidades; do julgamento com perspectiva de gênero e a questão da violência contra a mulher e no quinto encontro serão abordadas questões relacionadas aos mecanismos de acolhimento aos LGBT's nas organizações e enfrentamento da LGBTfobia nas instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Sexo biológico, orientações sexuais e identidades de gênero;
- Explicação geral das letras da sigla LGBTQIA+;
- Questões gerais sobre diversidade sexual e de gênero;
- História do movimento LGBTQIA+ e conquista de direitos;
- Estudos sobre sexualidade e diversidade sexual – aspectos históricos e sociais;
- Legislação geral sobre o tema;
- Diversidade sexual no âmbito do Judiciário;
- Homossexualidades;
- Interseccionalidades – raça, gênero, classe, etc;
- Noções sobre gênero;
- Para além do binarismo de gênero;
- Transexualidades;
- Obstáculos na efetivação de direitos;
- Políticas públicas para efetivação de direitos;
- Estudos e teorias sobre mulheres e gênero;
- Desafios das mulheres na efetivação dos direitos;
- Violência doméstica e questões de gênero;
- Gênero no Judiciário;
- Assédio, preconceito, discriminação e violação de direitos;
- Situação carcerária da população LGBTQIA+;
- Papel do Judiciário na reprodução e no enfrentamento aos preconceitos;
- Dever de respeito no ambiente organizacional;

- Papel do Juiz e dos Servidores na construção e manutenção de um ambiente organizacional saudável.

PROGRAMAÇÃO:

Encontro 1 – dia 06/11/2023 – das 13:00h – 17:00h - duração de 4h

Abertura do curso: Instalação da mesa de abertura (cerca de 5-8 pessoas, com falas de aproximadamente 5 min).

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Facilitador:

PROF. LEANDRO COLLING - 4h/aula

- Sexo biológico, orientações sexuais e identidades de gênero;
- Explicação geral das letras da sigla LGBTQIA+;
- Questões gerais sobre Diversidade Sexual e de Gênero;
- História do movimento LGBTQIA+;
- Estudos sobre sexualidade e diversidade sexual – aspectos históricos e sociais.

Referências:

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: o movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal – tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015 – Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21766>

COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BENTO, Berenice. Transviad@s – gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGUEIRO, Viviane. Sou travestis: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. Brasília: Padê editorial, 2018.

Encontro 2 – dia 13/11/2023 - das 13:00h – 17:00h - duração de 4h

DIVERSIDADE SEXUAL

Facilitador:

JUIZ BRUNO BARROS DOS SANTOS – 4h/aula

- Legislação geral sobre o tema;
- Diversidade Sexual no âmbito do Judiciário;
- Criminalização da LGBTfobia;
- Interseccionalidades – raça, gênero, classe, etc.

Referências:

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direitos de personalidade e autonomia privada. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, gênero e diversidade sexual: refletindo sobre violência simbólica e exclusão. In: COSTA, Heracio; ... [et al] (orgs.). Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010, p. 811-829;

LOPES, Jose Reinaldo de Lima. O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas. Revista Internacional de Direitos Humanos – SUR. v. 2. n. 2., 2005, p. 64 – 95. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sur/a/bjSmJPvrPwW3PqM4YH3gthr/?lang=pt>;

QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Filmes: Hoje Eu Quero Voltar Sozinho; O Segredo de Brokeback Mountain; Me Chame Pelo Seu Nome; Milk: A Voz da Igualdade; Patrik 1.5; Moonlight.

Documentários: Sobre Vivências;

Séries: Heartstopper; Special; Orange is the New Black.

Encontro 3 – dia 20/11/2023 - das 13:00h – 17:00h - duração de 4h

DIVERSIDADE DE GÊNERO

Facilitadora:

PAULETT FURACÃO – 4h/aula

- Noções sobre gênero;
- Para além do binarismo de gênero;
- Transexualidades;
- Obstáculos na efetivação de direitos;
- Políticas públicas para efetivação de direitos.

Referências:

ODARA, THIFANNY, Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a educação.

Filme: Orações para Bobby

Série: Pose

Encontro 4 – dia 27/11/2023 - das 13:00h – 17:00h - duração de 4h

JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Facilitadora:

Profa. LIZE BORGES – 4h/aula

- Julgamentos com perspectiva de gênero;
- Violência doméstica e questões de gênero;
- Estudos e teorias sobre mulheres e gênero;
- Desafios das mulheres na efetivação dos direitos.

Referências:

ALVES COELHO, M. do R. A. C.; BISPO, L. G. S. As consequências da violência doméstica contra a mulher no desenvolvimento dos filhos menores. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 14, n. 2, 2021.

DOI: 10.24979/ambiente.v14i2.999. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/999>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Revista Estudos Feministas. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462> Acesso em 12 fev. 2023.

BARLETT, Katharine T. Feminist legal methods. In BARLETT, Katharine T. KENNEDY, Rosanne. Feminist legal theory. Colorado: Westview Press, 1991 Disponível em https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1119&context=faculty_scholarship Acesso em 28 fev. 2023.

BENUTE, Gláucia Rosana et al. Abortamento espontâneo e provocado: ansiedade, depressão e culpa. Revista da Associação Médica Brasileira. Vol. 55, nº 3, p. 322-327, 2009.

BIROLI, F.; QUINTELA, D. F. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. Revista de ciências sociais - Política & Trabalho, [S. l.], v. 1, n. 53, p. 72-89, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417>. Acesso em: 6 jan. 2022.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONA, Camila de. Dependência econômica e violência doméstica: o duplo grau de vulnerabilidade das mulheres e as políticas públicas de trabalho e renda. Dissertação (mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Direito, Criciúma, 2019.

BORGES, Lize; FARIA, Carolina Stagliorio Dumet. Filhas que cuidam: a sobrecarga das mulheres no trabalho de cuidado com os pais idosos ou enfermos e a possibilidade de fixação de alimentos compensatórios entre irmãos. Revista Conversas Civilísticas, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2021.

BORGES, Lize. Direitos das Humanas: a não adequação das mulheres afro-latino-americanas como sujeitas universais de direitos humanos. Debate Virtual, Unifacs, Nov. 2022. Disponível em <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/7998> Acesso em 12 fev. 2023.

BORGES, Lize. Litigância abusiva em ações de família: processos a serviço da violência de gênero, 2022. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021->

jun-05/borges-litigancia-abusiva-processos-familia-servico-violencia-genero
Acesso em 5 fev. 2022.

CATOIA, Cinthia de Cassia; SEVERI, Fabiana Cristina; FIRMINO, Inara Flora Cipriano. Caso "Alyne Pimentel": violência de gênero e interseccionalidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1), 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n160361> Acesso em 17 fev. 2023.

CAVALCANTI, V. R. S. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, I. (Org.). *Violência doméstica e de gênero*. Lisboa: Pactor, 2018, p. 1-27.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. Do nome da mulher casada: Direito de Família e Direitos da Personalidade. IBDFAM, 2002. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/56/Do+nome+da+mulher+casada:%0D>
Acesso em 27 out. 2022

CNJ. Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2019. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio-participacaofeminina.pdf> Acesso em 31 ago. 2022.

CNJ. Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2021. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-290921.pdf> Acesso em 31 ago. 2022.

CNN Nosso Mundo. Aborto e as leis com Debora Diniz. Episódio exibido em 02/07/2022. Disponível em <https://www.youtube.com/live/EMbqBpho5z8?feature=share> Acesso em 16 fev. 2023.

COLLING, Leandro. NOGUEIRA, Gilmaro. Heteronormatividade. In: RAMOS, Marcelo Maciel; VALENTIN, Márcia F. Ribeiro da Costa; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá (org.). *Dicionário Jurídico do Gênero e da Sexualidade*. 1. ed. Salvador/BA: Devires, 2022. p. 453.

CONANDA. Nota Pública do CONANDA sobre a Lei da Alienação Parental - Lei Nº 12.318 de 2010. Disponível em <https://cdca.sejus.df.gov.br/notas-publicas/#:~:text=NOTA%20P%3%9ABLICA%20SOBRE%20A%20LEI%20>

DA%20ALIENA%C3%87%C3%83O%20PARENTAL%20%E2%80%93%20LEI%20N%C2%B0%2012.318%20DE%202010 Acesso em 31 jan. 2023

Conselho Federal de Psicologia. Nota Técnica Nº 4/2022/GTEC/CG. Nota Técnica sobre os impactos da Lei Nº 12.318/2010 na atuação das psicólogas e dos psicólogos. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/SEI_CFP-0698871-Nota-Tecnica.pdf Acesso em 31 jan. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Cartilha DO Projeto Pai Presente. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques//arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 003, de 11 de fevereiro de 2022. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/2337-recomendacao-n-003-de-11-de-fevereiro-de-2022> Acesso em 31 jan. 2023

Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Recomendação nº 06, de 18 de março de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/recomendacao-n6-2022> Acesso em 31 jan. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. Homens se separam mais das mulheres quando elas adoecem, diz pesquisa. UAI. 2014. Disponível: <https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/05/29/noticias-saude,192332/homens-se-separam-mais-das-mulheres-quando-elas-adoecem-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2023

COSTA, Adriano Sousa. LOPES, Aline. MORETZSOHN, Fernanda. O estelionato amoroso ou sentimental: terminologias, subsunção e peculiaridades. ConJur. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-out-04/academia-policia-estelionato-amoroso-ou-sentimental-terminologias-subsuncao>. Acesso em: 06 fev de 2023.

COSTA, Jessica Hind Ribeiro. SANTOS, Fernanda Cabral dos. Abandono afetivo inverso em tempos de pandemia no Brasil. UCSAL. SEMOC – Semana de Mobilização Científica (23.:2020: Salvador, Ba). 2020. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/2964>. Acesso em: 17 fev de 2023.

COSTA, Jessica Hind Ribeiro. Uma breve análise da violência obstétrica à luz da teoria principialista da bioética. Migalhas. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-direito-medico-e-bioetica/373615/uma-analise-da-violencia-obstetrica-a-luz-da-bioetica>.

Acesso em: 17 fev de 2023.

Cuidado materno é trabalho com direito a aposentadoria na Argentina; especialista compara situação brasileira. IBDFAM Notícias. 2021. Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/noticias/8738/Cuidado+materno+%C3%A9+trabalho+com+direito+a+aposentadoria+na+Argentina%3B+especialista+compara+situa%C3%A7%C3%A3o+brasileira>. Acesso em: 17 fev de 2023.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 156-169, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 fev. 2023, p. 163.

DA GAMA, Guilherme Calmon Nogueira. Responsabilidade Civil nas relações de afeto: análise crítica sobre o “estelionato afetivo”. In: MATOS, Ana Carla Harmatiuk et al. Responsabilidade civil e direito de família: o direito de danos na parentalidade e conjugalidade. Indaiatuba : Editora Foco, 2021, p. 518.

DA SILVA, Denise Maria Perissini. Alienação Parental: o lado sombrio da separação. In: Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Debatendo sobre alienação parental: diferentes perspectivas. Conselho Federal de Psicologia. 1. ed. Brasília: CFP, 2019.

DA SILVA, S. M. Feminismo Jurídico: uma introdução. Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 83-102, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25806>. Acesso em 28 fev. 2023.

DE SOUZA, Paloma Braga Araújo. O canto da sereia da Lei de Alienação Parental. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-ago-28/paloma-braga-canto-sereia-lei-alienacao-parental> Acesso em 31 jan. 2023.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: a condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1993.

DELGADO, Mario Luiz. Violência doméstica contra o patrimônio da mulher. Disponível em <

<https://ibdfam.org.br/artigos/1307/Viol%c3%aancia+dom%c3%a9stica+contra+o+patrim%c3%b4nio+da+mulher+> > Acesso em 14/05/2021.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2017, v. 22, n. 2, p. 653-660. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>. Acesso em: 20/01/2022.

DINIZ, M. H. Proteção jurídica da existencialidade. Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES, v. 8, n. 2, p. 181, 1 jul. 2020.

Drummond, Julia dos Santos. Casamento e Mulheres Negras: Leis versus Demandas; Julia dos Santos Drummond; orientadora Gislene Aparecida dos Santos -- São Paulo, 2019. 166 fls. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

DUMET, Carolina. A exclusão de famílias homoafetivas pelo artigo 1535 do CC. Consultor Jurídico. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-dez-14/dumet-exclusao-familias-homoafetivas-artigo-1535cc#_ftn7. Acesso em: 18/01/2023.

FACIO, A. "Sexismo en el derecho de los derechos humanos". La mujer ausente: derechos humanos en el mundo. Santiago, Chile, Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres, n.15, 1991.

FACIO, Alda. Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal. San José, C.R.: ILANUD, 1999. Disponível em https://catedraunescodh.unam.mx/catedra/CONACYT/16_DiplomadoMujeres/lecturas/modulo2/1_Alda%20facio_Cuando_el_gen_suena_cambios_trae.pdf

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Nati Castro. Pra que(m) importa a vida das pessoas trans? Brasil de Fato. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/01/23/artigo-or-pra-quem-importa-a-vida-das-pessoas-trans>. Acesso em: 13 de fev de 2023.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951> Acesso em 06 jun. 2022

FINKLER, Lirene. HIV/AIDS e relacionamentos conjugais. Dissertação de mestrado. Orientador William Barbosa Gomes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia Porto Alegre/RS, 2003.

GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do CC brasileiro. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, 1988.

HIRATA, Helena; KERGOAT Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cad. Pesqui. São Paulo, v.37, n.132, p. 595-609, Set./Out. 2007.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en. Acesso em: 06 jan. 2022.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. In: WEST, Robin. Género y teoría del derecho. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2000.

MACKINNON, Catharine. Towards a Feminist Theory of the State, Cambridge, Harvard University Press, 1989

OLSEN, Frances. The sex of Law. In: KAIRYS, David.(Org.).The Politics of Law. New York, Pantheon, 1990.

PIEDEDE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo, Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. "Violência doméstica ou a lógica do galinheiro". In: KUPSTAS, M. (org.). Violência em debate. São Paulo, Editora Moderna, 1997a, p.3957.

SOLNIT, Rebecca. A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo. Companhia das Letras, 2017.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. A fraude da síndrome de alienação parental e a proteção das crianças vítimas de abuso sexual, texto correspondente à comunicação proferida na Conferência Internacional – O Superior Interesse

da Criança e o mito da "Síndrome de Alienação Parental". Lisboa, 3-4 Nov. 2011. Disponível em <http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/A-fraude-da-SAP-e-aprotec%C3%A7%C3%A3o-das-crian%C3%A7as-v%C3%ADtimas-de-abuso-sexual.pdf> Acesso em 13 fev. 2023.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. Uma análise crítica da síndrome de alienação parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. JULGAR - N.º 13 (2011) Editora Coimbra, 2011.

SOUZA, Ionete de Magalhães. SIQUEIRA, Heidy Cristina Boaventura. Alimentos compensatórios e o equilíbrio econômico- Com a ruptura matrimonial ou da união estável. IBDFAM Artigos. 2013. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/900/Alimentos+compensat%C3%B3rios+e+o+equ%C3%ADlibrio+econ%C3%B4mico-+Com+a+ruptura+matrimonial+ou+da+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel#:~:text=Os%20alimentos%20compensat%C3%B3rios%2C%20ao%20contr%C3%A1rio,se%20fazer%20cessar%20a%20presta%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em: 11 fev de 2023.

VAZ, Daniela V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/FSfpH9NQg6qHy3Hky8tCXyt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 31 ago. 2022.

VAZ, Livia Sant'Anna; RAMOS, Chiara. A justiça é uma mulher negra. Belo Horizonte, Casa do Direito, 2021.

VIVAS, Esther. Mamá desobediente: uma mirada feminista à la maternidad. 2ª Ed. Capitan Swing Libros, 2019.

XAVIER, Aline. ZANELLO, Valeska. Encaminhamento de "mães ofensoras" à Rede de garantia de direitos das crianças: violência de gênero do Estado? In: Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres. Organização Cristina Stevens, Edlene Silva, Susane de Oliveira, Valeska Zanello. Brasília, DF : Technopolitik, 2017.

XAVIER, Luciana Pedroso; PUGLIESE William Soares. A tutela específica de danos psicológicos pela via de decisões estruturais. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, 255, v. 10, n. 18, p. 255-277, jan.-jun. 2018.

**Encontro 5 – dia 04/12/2023 - das 13:00h – 17:00h - duração de 4h
LGBTfobia, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E CAMINHOS DE SUPERAÇÃO**

Facilitador:

JUIZ BRUNO BARROS DOS SANTOS – 4h/aula

- Situação carcerária da população LGBTQIA+;
- Dever de respeito no ambiente organizacional;
- Assédio, preconceito, discriminação e violação de direitos;
- Papel do Judiciário na reprodução e no enfrentamento aos preconceitos;
- Atuação do Juiz e dos Servidores na construção e manutenção de um ambiente organizacional saudável.

Referências:

BUSIN, Valéria Melki. Religião, gênero e diversidade sexual: refletindo sobre violência simbólica e exclusão. In: COSTA, Heracio; ... [et al] (orgs.). Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010, p. 811-829;

Conselho Nacional de Justiça. Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+: relatório da pesquisa / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contralgbtqia.pdf>

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-71.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Avaliação diagnóstica no início de cada aula. Avaliação formativa ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem. Feedback oral contínuo: o formador fará a síntese dos resultados e reforçará os temas principais dos debates, durante a aula e na sistematização final. Em cada módulo serão utilizados instrumentos de avaliação que demonstrem, qualitativamente, as aprendizagens adquiridas pelos alunos e que sejam adequados aos objetivos educacionais da metodologia aplicada, tais como: fichas de observação, relatórios de tarefas, exercícios, pesquisas e registro reflexivo. As avaliações comporão o portfólio do aluno.

CERTIFICAÇÃO

Os certificados serão entregues a quem obtiver ao menos 75% de presença e de aproveitamento nas atividades propostas.

ANEXOS

Em anexo, encontram-se os seguintes documentos:

- Anexo I: Relação dos Docentes;
- Anexo II: Avaliação Diagnóstica;
- Anexo III: Registro Reflexivo/Avaliação de Reação.

BRUNO BARROS
DOS
SANTOS:01874428
514

Assinado de forma digital
por BRUNO BARROS DOS
SANTOS:01874428514
Dados: 2023.10.11
14:09:17 -03'00'

Juiz de Direito Bruno Barros dos Santos

Membro da Comissão para a promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em questões de Gênero e Orientação Sexual do TJBA

Anexo I

Relação de Docentes do Curso

BRUNO BARROS DOS SANTOS: Juiz de Direito titular da Vara de Jurisdição Plena da Comarca de Sapeaçu/BA. Graduado em Direito pela UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS. Especialista em Direito Civil pela UFBA; Pós-graduando na Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela UFBA. Membro da Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

PAULETT FURACÃO: Coordenadora do Coletivo LGBTQIANP Laleska D Capri, Educadora Social, estudante de Pedagogia na UFBA, primeira Transexual a ocupar um cargo público no Estado da Bahia, Assessora Parlamentar, atriz e poetisa.

LEANDRO COLLING: Graduado em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996), mestre (2000) e doutor (2006) em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Realizou o seu estágio de pós-doutoramento em 2013-2014 na Universidade de Coimbra, junto ao Centro de Estudos Sociais (CES). É professor adjunto 4 do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) Professor Milton Santos e professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, ambos da Universidade Federal da Bahia. É criador e coordenador do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (www.politicadocus.com) e um dos criadores e editores da revista acadêmica Periódicus, primeira e única inteiramente dedicada aos estudos queer no Brasil (<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>). Presidiu a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) na gestão de 2011-2012 e é autor de vários artigos e capítulos de livros sobre a representação de LGBTs na mídia, as temáticas LGBT e queer nos produtos culturais e sobre políticas para o respeito à diversidade sexual e de gênero. É autor do livro Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer e

organizador dos livros Stonewall 40 + o que no Brasil?, Estudos e políticas do CUS e Dissidências sexuais e de gênero, todos editados pela Editora da Universidade Federal da Bahia. Também integra a equipe que mantém o blog Cultura e Sexualidade (<http://www.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/>), dedicado a tratar de forma didática e para o grande público os temas relacionados à cultura, os gêneros e às sexualidades. Fez parte da primeira composição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT e também já foi membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia

LIZE BORGES: Advogada, professora universitária, autora de obras jurídicas, editora chefe de periódico e parecerista. Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), especialista em Direito Civil pela Faculdade Baiana de Direito, mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e doutoranda em direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), presidente do Instituto Baiano de Direito e Feminismos (IBADFEM), Editora-Chefe da revista Direito e Feminismos.

Anexo II

Avaliação Diagnóstica

Nome: _____

Email: _____

Telefone: _____

1. Atividade exercida atualmente

- Magistrado -
 - Ministério Público -
 - Defensoria Pública -
 - Delegado de Polícia -
 - Procuradoria -
 - Advogado -
 - Analista -
 - Técnico -
 - Outros -
-

2. Já fez algum curso antes sobre Diversidade Sexual e de Gênero?

- Sim
- Não

4. Já presenciou/vivenciou algum ato de discriminação/preconceito por questão relacionada a Diversidade Sexual e de Gênero?

- Sim
- Não

5. Informe se, de alguma forma, já é familiarizado com os temas relativos à Diversidade Sexual e de Gênero.

6. Na atualidade, vem se exigido do juiz funções que extrapolam o mero julgar. Incorporaram-se funções de gestão ou aquelas que conduzem o juiz a sair de seus gabinetes e promover novos formatos na distribuição da jurisdição, p.ex.,

juizados itinerantes, projetos de conciliação, inovações de rotinas práticas. Nesse contexto, como acredita que este Curso poderá auxiliar no exercício das suas atividades, tanto administrativas quanto judicantes?

7. Em poucas palavras, explique os motivos que te levaram a se matricular neste curso.

Anexo III

Formulário de Registro Reflexivo (poderá ser aplicado nas aulas)

Nome: _____

Email: _____

Telefone: _____

1. A aula/curso atendeu suas expectativas? () Sim () Não

2. A aula agregou conhecimento? () Sim () Não

3. Você sugere alguma melhoria no conteúdo () Sim () Não

Qual (is)? _____

4. O assunto trabalhado na aula colaborou para suas atividades práticas? De que maneira o assunto trabalhado poderá impactar na sua forma de atuar?

5. A aula mudou sua forma de pensar? Qual(is) evidência(s) ela forneceu para fazer você mudar sua maneira de pensar sobre o assunto?

6. A aula deixou alguma dúvida? Essa dúvida já existia antes ou surgiu após o contato com a matéria?

